



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011764-29.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **SANDRA MARIA LONGUINI TORINO**
 Requerido: **BANCO CETELEM S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

SANDRA MARIA LONGUINI TORINO ajuizou ação declaratória com pedido de indenização por danos morais em face do **BANCO CETELEM S/A**, requerendo, em razão dos fatos expostos na inicial – inexistência da relação jurídica referente ao contrato nº 22-137300/14310: a) a declaração da inexigibilidade do débito referente ao contrato nº 22-137300/14310; b) a condenação do réu em danos morais e nas verbas da sucumbência; c) o restabelecimento do contrato nº 52-663649/12310. Juntou documentos.

O pedido de antecipação dos efeitos da tutela foi deferido (fl. 28).

Citado, o réu contestou (fls. 42/53), refutando os fatos e fundamentos jurídicos do pedido e requerendo a improcedência. Juntou documentos.

Réplica as fls. 158/161.

Audiência de conciliação na qual foi determinada a realização de perícia grafotécnica (fl. 170).

Laudo pericial as fls. 299/325, sendo facultada manifestação das partes.

Não foi requerida a produção de outras provas (fls. 341/342).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o RELATÓRIO.

Passo à **FUNDAMENTAÇÃO** e **DECIDO**.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil.

Consoante se vislumbra do laudo pericial de fls. 299/325, o contrato de nº 22-137300/14310 não foi assinado pela autora, tratando-se contratação fraudulenta, cabendo a declaração da inexistência dessa relação jurídica.

Cabível ainda a condenação em danos morais - verificada a ocorrência de fatos que certamente trouxeram grandes desconfortos à parte autora, com descontos indevidos no seu benefício previdenciário e idas e vindas em busca de uma solução para o problema.

Como não existem critérios objetivos capazes de valorar o dano sofrido, o Excelso Superior Tribunal de Justiça vem entendendo que a indenização por dano moral *"deve ser fixada em termos razoáveis, **não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros**, devendo o arbitramento operar com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes, **orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso. Ademais, deve procurar desestimular o ofensor a repetir o ato"*** (REsp nº 245.727/SE, Quarta Turma, relator o Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, j. em 28.3.2000, Diário da Justiça de 5.6.200, p. 174).

No caso dos autos, o valor da indenização deverá corresponder a R\$ 12.000,00, montante que bem indeniza a vítima e serve de freio inibitório ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

réu para que, no futuro, seja mais diligente.

Diante do exposto e do mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTES** os pedidos, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, para o fim de **DECLARAR** a inexigibilidade de qualquer débito referente ao contrato nº 22-137300/14310, devendo as cobranças referentes a esse contrato ser imediatamente suspensas, com a expedição do necessário, **CONDENAR** o réu ao pagamento da quantia de R\$ 12.000,00 a título de danos morais, conforme acima fundamentado, devidamente corrigida desde a data da publicação dessa decisão (Súmula 362 do STJ) e acrescida de juros de mora de 1,0% ao mês desde a citação e determinar o restabelecimento do contrato nº 52-663649/12310, reconhecido pela parte autora, devendo ocorrer a compensação do valor devido com qualquer outro que tenha sido descontado indevidamente do benefício previdenciário da autora com relação ao contrato declarado inexistente nesta sentença.

Responderá o réu pelo pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários advocatícios em favor da patrona da autora, estes fixados em 15% do valor total da condenação atualizado, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

P.I.

São Carlos, 01 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**